



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Robson Marinho**

Segunda Câmara  
Sessão: 12/11/2013

**39 TC-001482/010/09 - RECURSO ORDINÁRIO**

**Recorrente(s):** Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal.

**Assunto:** Admissão de pessoal, por tempo determinado, realizada pela Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal, no exercício de 2008.

**Responsável(is):** Paulo Klinger Costa (Prefeito à época).

**Em Julgamento:** Recurso(s) Ordinário(s) interposto(s) contra a sentença publicada no D.O.E. de 18-07-13, que julgou ilegais os atos de admissão, negando-lhes registro, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93.

**Procurador(es) de Contas:** Rafael Antonio Baldo.

**Advogado(s):** Ana Luiza Martins Laydner Figueiredo, Cássio Telles Ferreira Netto, José Américo Lombardi e outros.

**Fiscalização atual:** UR-19 - DSF-II.

Relatório

Em exame, **Recurso Ordinário** interposto pela **Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal** contra sentença proferida pelo e. Auditor Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, que julgou irregulares as contratações de pessoal por prazo determinado ocorridas em 2008.

Consta como fundamento da sentença a fls. 87/89 a ausência de processo seletivo, bem como a não comprovação de circunstância excepcional que amparasse as contratações a título temporário.

Em suas razões, o recorrente defendeu que a saúde é direito constitucional fundamental e serviço que não pode ser interrompido, tendo as admissões atendido ao interesse público.

Informou que a necessidade temporária surgiu em razão do afastamento de profissionais para concorrer a cargos eletivos.

Esclareceu que esses afastamentos foram noticiados tardiamente e que a Prefeitura ficou sem um tempo mínimo para a realização de concurso público.

Por fim, salientou que as contratações não trouxeram prejuízo ao erário e que vigoraram por pouquíssimo tempo.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Robson Marinho**

Com base nessa argumentação, pediu o provimento do recurso para fins de julgar regulares as admissões.

O Ministério Público de Contas manifestou-se pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

fc



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Robson Marinho**

**Voto**

TC-001482/010/09

**Preliminar**

Recurso em termos<sup>1</sup>, dele conheço.

**Mérito**

Duas falhas foram motivadoras do julgamento irregular da admissão em exame: não realização de processo seletivo e a não comprovação de circunstância excepcional que amparasse as contratações a título temporário.

As informações trazidas pelo recorrente acerca do afastamento de profissionais da saúde para concorrer a cargos eletivos são relevantes naquilo que diz respeito à caracterização ou não da aventada necessidade temporária.

A documentação contida nos autos evidencia que, em razão da natureza essencial dos serviços de saúde, estavam presentes a necessidade temporária e o excepcional interesse público.

Todavia, em nenhum momento, seja na fase de instrução, seja nas razões de recursais, a Prefeitura justificou tecnicamente a ausência de um processo seletivo.

Os argumentos são no sentido de que não havia tempo mínimo suficiente para a realização de um concurso público, mas não é nessa direção que corre a jurisprudência desta Corte.

Nos termos da Deliberação exarada no TC-A 15248/026/04, salvo se comprovada emergência que impeça sua realização, a admissão de pessoal por prazo determinado deve ser sempre precedida de processo seletivo.

É importante observar que é necessária pelo menos uma seleção simplificada, sem os rigores de um concurso público, mas definida dentro de critérios objetivos de escolha, respeitando a isonomia entre os interessados.

---

<sup>1</sup> Sentença publicada em 18/7/2013. Recurso protocolizado em 2/8/2013.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Robson Marinho**

Dessa forma, o trazido pelo recorrente não é hábil a afastar todos os fundamentos da sentença guerreada, permanecendo injustificada a não realização de processo seletivo, ainda que simplificado.

Ante essas considerações, meu voto **nega provimento** ao recurso interposto.